



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR MELO

EDUARDO TAVARES MENDES*

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

*Afastado para exercício de mandato eletivo

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO - PRESIDENTE

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
DELFINO COSTA NETO

DIRETOR DO CAOP
JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ARTHUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
PRISCILA GONÇALVES TENÓRIO LINS TEIXEIRA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, DESPACHOU, NO DIA 1º DE JUNHO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1673/2018

Interessado: Felipe Tavares de Carvalho Barros – Analista do Ministério Público
Assunto: Requerendo aditivo contratual ao contrato nº 02/2013

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Pedido de Providências. Contrato nº 2/2013 de prestação de serviços de telefonia fixa. Acréscimo de quantidade para atendimento das demandas do órgão ministerial. Aumento dentro do limite legal. Existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Regularidade jurídica e fiscal da empresa. Aplicação do art. 65, inciso I, letra b e § 1º, da Lei nº 8.666/93. Pelo deferimento.”

Proc: 1695/2018.

Interessado: Assessoria de Cerimonial desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remeta-se cópia dos autos à Dra. Marluce Falcão de Oliveira para realização de novo curso. Em seguida, archive-se.

Proc: 1721/2018.

Interessado: Dr. Hamilton Carneiro Júnior, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 1727/2018.

Interessado: Dr. Cláudio José Brandão Sá, Promotor de Justiça

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Indefiro. Archive-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 1º de junho de 2018.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 256, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2018.00001895-0, RESOLVE designar o Dr. RODRIGO SOARES DA SILVA, Promotor de Justiça de Girau do Ponciano, de 1ª entrância, para funcionar nos Autos nº 0007558-32.2011.8.02.0058, em tramitação na 8ª Vara Criminal de Arapiraca.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 257, DE 1º DE JUNHO DE 2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2018.00002243-1, RESOLVE designar a Dra. ELOÁ DE CARVALHO MELO, 3ª Promotora de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, para funcionar nos Autos nº 0725808-39.2017.8.02.001, em tramitação na 17ª Vara Criminal da Capital.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO
Procurador-Geral de Justiça

Escola Superior do Ministério Público

PORTARIA ESMP/AL n° 38 DE 30 DE MAIO DE 2018

VICE-DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ n° 03/12, resolve incluir no programa "Voluntariado do Ministério Público de Alagoas" o prestador de serviço voluntário MARCONDES BATISTA AYRES, estabelecendo sua lotação na 47ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 01/06/2018.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Luiz Barbosa Carnaúba
Procurador de Justiça
Diretor da ESMP-AL

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAPIRACA
PORTARIA DE CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL
n° 003, DE 28 DE MAIO DE 2018.
REF: P.P. N° 06.2018.00000250-2

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio de seu Representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça de Arapiraca/AL., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.

129, III, da Constituição da República; artigo 8º, § 1º, da Lei Nacional n° 7.347/85; artigos 25, IV, "b", e 26, I, da Lei Nacional n° 8.625/93, e 2º, § T da Resolução do CNMP N° 23/07;

CONSIDERANDO que a Constituição da República determina no art. 129, III, ser função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, bem como de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO a tramitação do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público N° 06.2018.00000250-2, o qual tem por objeto fiscalizar supostas irregularidades no Programa REDE CEGONHA em face do Hospital Regional Nossa Senhora do Bom Conselho, Arapiraca-AL;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de novas diligências de instrução ao presente feito;

RESOLVE converter este Procedimento Preparatório n° 06.2018.00000250-2 em Inquérito Civil, mantendo a mesma numeração, consoante preconiza o artigo 2º, § 5º, in fine, da Resolução 23/2007 CNMP.

Determina-se, ainda, a adoção das seguintes providências:

- autuação desta Portaria como peça inicial do Inquérito Civil em epígrafe;
- comunicar a instauração do presente Inquérito Civil ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, consoante determina o art. 1º, § 2º, da Resolução PGJ n° 01/96;
- Por fim, oficie-se ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, solicitando a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado de Alagoas, na forma do art. 7º da Resolução CNMP n° 23, de 17 de setembro de 2007. Registre-se e cumpra-se.

Arapiraca-AL, 29 de maio de 2018

Alberto Tenório Vieira
Promotor de Justiça

ILHA DO FERRO | Celso Brandão

**Um lugar mágico,
sob o olhar fotográfico
de um grande artista**

IMPRESA
OFICIAL
GRACILIANO RAMOS